



PLANO de
DADOS
ABERTOS



Ministério do Meio Ambiente

Agosto de 2022 a Agosto de 2024





Ministério do Meio Ambiente

Bloco B, Esplanada dos Ministérios
Brasília-DF, 70.068-900

Ministro – Joaquim Álvaro Pereira Leite

Ouvidor – Geraldo Araujo do Nascimento Filho

Secretaria-Executiva

Secretário – Felipe Ribeiro de Mello

Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais

Secretária – Marta Lisli Ribeiro de Moraes Giannichi

Secretaria de Biodiversidade

Secretária – Maria Beatriz Palatinus Milliet

Secretaria de Qualidade Ambiental

Secretário – André Luiz Felisberto França

Secretaria de Clima e Relações Internacionais

Secretário – Marcus Henrique Moraes Paranaguá

Secretaria de Áreas Protegidas

Secretário Substituto – Olivaldi Alves Borges Azevedo

Elaboração:

Departamento de Gestão Estratégica

Diretor – Elias Begnini

Unidade de Informações sobre o Meio Ambiente

Coordenadora de Projeto – Bianca Oliveira Medeiros

Equipe:

Camila Schlüter Vasconcelos

João Henrique Evangelista

Mário Henrique Rodrigues Mendes



Sumário

I.	Introdução	4
II.	Cenário Institucional.....	6
	Planejamento Estratégico (PE–MMA–2020/2023).....	6
	Comitê de Governança Digital.....	6
	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação	6
	Política de Segurança da Informação e Comunicações	6
III.	Objetivos	7
	Objetivo Geral	7
	Objetivos Específicos	7
IV.	Construção e Execução do Plano de Dados Abertos.....	8
	Processo de abertura de dados.....	9
	Temas mais demandados em transparência passiva	10
	Participação Social promovida pela Parceria para Governo Aberto – OGP.....	10
	Temas sob responsabilidade do MMA	11
	Consulta Pública.....	11
	Dados selecionados para abertura.....	11
	Avaliação dos dados protegidos por sigilo.....	14
V.	Catálogo no Portal Brasileiro de Dados Abertos.....	15
VI.	Sustentação, Monitoramento e Controle	16
	Monitoramento e Controle.....	16
	Melhoria da qualidade dos dados.....	16
	Comunicação.....	17
VII.	Plano de Ação	18
	Cronograma de elaboração e sustentação do PDA.....	18
	Cronograma de abertura de bases de dados.....	19
	Cronograma de promoção, fomento, uso e reuso das bases de dados.....	22
VIII.	Anexos.....	23
	1. Inventário de bases de dados do MMA (publicados).....	23
	2. Inventário de bases de dados do MMA (não publicados)	27
	3. Dados de sistemas	30
	4. Lista de Abreviaturas e Siglas	32
	5. Glossário.....	33
	6. Referências.....	34
	7. Resultado da Consulta Pública.....	37



I. Introdução

O Ministério do Meio Ambiente – MMA, ciente da importância de informações confiáveis para o controle, o monitoramento e a tomada de decisão de políticas públicas ambientais, vem por meio deste documento publicar a 3ª edição de seu Plano de Dados Abertos – PDA, para o período agosto/2022-agosto/2024.

O Plano de Dados Abertos do Ministério do Meio Ambiente (PDA-MMA) representa o instrumento de planejamento, coordenação e disseminação das informações sistematizadas para diferentes tipos de usuários. Com o objetivo de auxiliar o processo de institucionalização e gestão da informação, o Plano apresenta orientações estratégicas e operacionais para a Política de Dados Abertos no âmbito da Instituição. Além disso, conduz as ações de racionalização, implementação e promoção de abertura de dados, incluindo os geoespecializados, permitindo, dessa forma, maior transparência das informações e a reutilização dos dados públicos pela sociedade.

A institucionalização da Política de Dados Abertos consiste na publicação e disseminação dos dados e das informações públicas por meio de ferramentas tecnológicas, principalmente a Internet. Essa forma de disponibilizar os dados permite a compreensão e a avaliação dos resultados de modo transparente e organizado. Além disso, possibilita não só a reutilização em aplicativos digitais desenvolvidos pela sociedade, mas também a sistematização e a pluralidade de temas que permeiam a questão ambiental. Essa divulgação de dados subsidia a tomada de decisão técnico-política, assim como proporciona ao cidadão um melhor entendimento das políticas públicas, promove o acesso aos serviços públicos e disponibiliza para a sociedade informações atualizadas e confiáveis.

De modo geral, o PDA do Ministério do Meio Ambiente estabelece, de forma sistêmica e articulada, a lógica de operação e o encadeamento de suas ações e atividades para a implementação e promoção das informações sob sua responsabilidade. Contribui, ainda, para o aprimoramento da gestão e aponta o conjunto de informações cruciais para a abertura de dados, além de considerar, em toda a sua estrutura, os princípios e diretrizes dos normativos abaixo vigentes, entre outros:

- [Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981](#), que estabelece a Política Nacional de Meio ambiente e institui o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA como um dos seus instrumentos. Esse sistema é considerado pela Política de Informação do MMA ([Portaria nº 160, de 19 de maio de 2009](#)) como uma plataforma conceitual baseada na integração e compartilhamento de informações entre os diversos sistemas existentes ou a construir no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA);
- [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), que instituiu a Lei de Acesso à Informação (LAI);
- [Decreto nº 10.160, de 9 de dezembro de 2019](#), que institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto;
- [Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016](#), que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal;
- [Decreto nº 9.903, de 8 de julho de 2019](#), que altera o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal, para dispor sobre a gestão e os direitos de uso de dados abertos;



- [Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008](#), que institui a criação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE e determina que o compartilhamento e disseminação dos dados geoespaciais e seus metadados seja obrigatório para todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, salvo os protegidos por sigilo;
- [Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020](#), que institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- [Instrução Normativa SLTI/MP nº 4, de 12 de abril de 2012](#), que institui a INDA (Infraestrutura Nacional de Dados Abertos) e estabelece conceitos referentes a dado, informação, dado público, formato aberto, licença aberta, dados abertos e metadados;
- [Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017](#), do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA), que aprova as normas que dispõem sobre procedimentos complementares e diretrizes para a elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos.
- [Portaria nº 154, de 2 de maio de 2014](#), que estabelece a Política de Segurança da Informação e Comunicações no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e constitui o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações;
- [Portaria nº 55, de 27 de dezembro de 2019](#), que divulga o Sumário Executivo do [Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação \(PDTIC\)](#) do Ministério do Meio Ambiente, considerado o instrumento de diagnóstico, de planejamento e de gestão dos recursos e processos de tecnologia da informação, busca orientar o atendimento das necessidades tecnológicas de informação do Ministério do Meio Ambiente e os princípios constitucionais de publicidade e de eficiência;
- [Portaria nº 194, de 19 de maio de 2021](#), que institui o Comitê de Governança Digital - CGD no âmbito do Ministério do Meio Ambiente – MMA;
- [Parceria para Governo Aberto \(Open Government Partnership – OGP\)](#), celebrada em setembro de 2011 e integrada atualmente por 78 países, da qual o Brasil é membro-fundador. A OGP assumiu o compromisso de busca pelos seguintes objetivos: (i) aumentar a disponibilidade de informações sobre atividades governamentais; (ii) apoiar a participação social; (iii) implementar os padrões mais altos de integridade profissional na Administração; e (iv) ampliar o acesso a novas tecnologias para fins de abertura e prestação de contas.

O Plano possui periodicidade bienal, tendo vigência de agosto de 2022 a agosto de 2024, com revisões periódicas, e é divulgado à sociedade no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente, com orientações válidas a contar da data de sua publicação.

O cidadão poderá usar os canais de comunicação do Ministério do Meio Ambiente, com destaque para a plataforma Fala.Br, para relatar problemas técnicos ou inconsistências dos dados disponibilizados, que serão encaminhados às áreas responsáveis para respostas e soluções, conforme o caso. Os usuários também poderão fazer sugestões que servirão como referência para o aperfeiçoamento e as revisões do PDA.



II. Cenário Institucional

O tema “dados abertos” tem ganhado destaque e relevância no cenário institucional das organizações de Governo, uma vez que pode contribuir de forma significativa, não apenas no desenvolvimento e na realização das atividades do órgão, mas também no processo de tomada de decisão dos dirigentes e gestores. Além disso, representa requisito indispensável para a disponibilização e a transparência das informações. Nesse contexto, a elaboração e a revisão do Plano de Dados Abertos - PDA devem estar relacionadas aos interesses e à realidade do órgão, assim como alinhadas aos seguintes instrumentos e instâncias de gestão:

Planejamento Estratégico (PE–MMA–2020/2023)

O planejamento estratégico do MMA está retratado no seu mapa estratégico, sendo o planejamento do órgão instituído por intermédio da [Portaria Conjunta nº 266, de 17 de junho de 2020](#). Nele, constam as definições de missão, de visão e das perspectivas de resultados, de focos de atuação, de governança e de eficiência administrativa, que contribuem para o alcance de metas e objetivos estratégicos. Para a consecução desses resultados, foi estabelecido objetivo estratégico que se traduz no compromisso básico de aprimorar os canais de comunicação com o cidadão, buscando maior agilidade, publicidade e transparência, fortalecendo a imagem institucional.

Comitê de Governança Digital

O Comitê de Governança Digital (CGD) possui a atribuição de promover a integração entre as estratégias organizacionais e as estratégias de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) a serem atendidos no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, assim como definir prioridades na formulação e execução de planos, projetos e investimentos em TIC para o Ministério do Meio Ambiente. Além disso, o CGD é o responsável por aprovar o PDA, conforme previsto no Decreto nº 10.332/2020 e na Portaria MMA nº 194/2021.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC-2019-2022) é um instrumento de diagnóstico, de planejamento e de gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação (TI), com vistas a orientar o atendimento das necessidades tecnológicas e de informação do Ministério do Meio Ambiente.

Objetivos Estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC:

- Fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos;
- Promover a transparência por meio do uso de TIC;
- Ampliar a oferta e aprimorar os serviços públicos por meio da transformação digital;
- Compartilhar e integrar dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura;
- Ampliar a participação social na melhoria das políticas e dos serviços públicos.

Política de Segurança da Informação e Comunicações

A Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC), instituída por meio da Portaria nº 154, de 2 de maio de 2014, estabelece as diretrizes, critérios e suporte administrativo e define o tratamento que deve ser dado às informações produzidas, processadas ou transmitidas e armazenadas no ambiente convencional ou de tecnologia, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.



III. Objetivos

Objetivo Geral

Promover a abertura de dados do Ministério do Meio Ambiente, de modo a aprimorar os mecanismos de publicidade, transparência e eficiência. Dessa forma, aumentar a disseminação de dados e garantir que as informações divulgadas sejam apropriadas para uso da sociedade em maior quantidade e qualidade e úteis para a tomada de decisão dos dirigentes e gestores públicos.

Objetivos Específicos

No âmbito do Ministério do Meio Ambiente:

- identificar prioridades e disponibilizar dados em formatos abertos e, sempre que possível, georreferenciados;
- melhorar a qualidade dos dados disponibilizados;
- estimular a interoperabilidade de dados e de sistemas governamentais para publicação de dados em formato processável por máquina, conforme padrões estabelecidos;
- melhorar a gestão da informação e de dados;
- incrementar os processos de transparência e de acesso a informações públicas; e
- estimular a visualização da informação das ações de governo no território.



IV. Construção e Execução do Plano de Dados Abertos

A construção do Plano de Dados Abertos se inicia com a proposição de uma minuta pelo Departamento de Gestão Estratégica. Nesta minuta, é apresentado um inventário geral prévio de possíveis dados, que então é submetido às Secretarias do Ministério para avaliação da viabilidade de disponibilização em formato de dado aberto. Ao término do seu processo de elaboração, o PDA é submetido ao CGD para deliberação quanto à sua aprovação ou necessidade de ajustes.

Os passos para a abertura de dados foram os seguintes:

1. Definição de plano de ação com metas e prazos para elaboração do PDA e abertura de bases;
2. Levantamento do inventário de possíveis dados do MMA, com base nos temas de responsabilidade das Secretarias e no levantamento de temas mais demandados em transparência passiva;
3. Definição de pontos focais em todas as Secretarias do MMA;
4. Classificação dos dados do inventário em: dados publicados e passíveis de abertura;
5. Consulta pública com foco nos dados passíveis de publicação e livres de sigilo;
6. Definição dos dados que serão abertos durante a vigência do PDA, conforme o resultado da matriz de priorização, adotando, minimamente, os critérios listados no Art.1º da Resolução nº 3/2017, do CGINDA;
7. Definição de cronograma de abertura de bases com bases e prazos definidos;
8. Definição dos responsáveis pelo preparo, abertura e atualização dos dados, com o preenchimento da matriz de responsabilidade, em que são definidos: contatos do responsável, periodicidade de atualização e formato do dado;
9. Publicação dos dados, observando-se o uso de URL fixa, nomenclatura idêntica ao exposto no PDA e obediência ao cronograma de abertura, conforme Seção VII deste Plano.



Processo de abertura de dados

A abertura de dados deve, sobretudo, garantir os princípios da publicidade e da transparência inerentes à Administração Pública. Para se estabelecer as metas de abertura de dados e etapas de priorização, são considerados os seguintes critérios:

1. o grau de prioridade para abertura de dados, estabelecido pela consulta pública realizada pelo Ministério do Meio Ambiente, desde que atenda o nível de maturidade necessário para sua abertura;
2. o grau de relevância para o cidadão, observando-se as demandas encaminhadas à Ouvidoria via e-SIC, bem como os setores e serviços mais procurados nos sítios eletrônicos do MMA;
3. os normativos legais e os compromissos formalmente assumidos pelo MMA;
4. o alinhamento com o Planejamento Estratégico e com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação;
5. o conjunto de informações e sistemas sob a gestão do MMA; e
6. o nível de maturidade da organização das informações e dos dados existentes.

Além desses critérios, as bases de dados a serem disponibilizadas são priorizadas e justificadas em função do potencial em termos de interesse público, considerando-se o que for aplicável (de acordo com a Resolução nº 3/2017, do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos):

1. o estímulo ao controle social;
2. o dado se referir a projetos estratégicos do governo;
3. o dado demonstrar resultados diretos e efetivos dos serviços públicos disponibilizados ao cidadão pelo Estado;
4. a sua capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável;
5. a possibilidade de fomento a negócios na sociedade; e
6. os dados mais solicitados em transparência passiva desde o início da vigência da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação.

O processo de seleção dos dados para abertura foi conduzido de maneira colaborativa entre as diversas áreas do Ministério do Meio Ambiente. Primeiramente, construiu-se um inventário contendo uma listagem de todos os temas e conjuntos de dados gerados no âmbito do MMA. Em seguida, foi realizada a consulta pública no período de 1º a 18 de abril de 2022 para priorização dos temas, que foram, então, submetidos à validação pelas Secretarias, conforme a maturidade e possibilidade de abertura. Essa fase do trabalho levou em consideração possíveis limitações técnicas e/ou operacionais. Foi realizada reunião do CGD, com participação da Ouvidoria, para aprovação do texto de PDA. Por fim, elaborou-se um plano de ação para cada conjunto de dados selecionado para abertura, descrevendo os procedimentos para a publicação e a catalogação.



Temas mais demandados em transparência passiva

A Ouvidoria do Ministério do Meio Ambiente listou os temas mais demandados em transparência passiva, por meio do e-SIC e da plataforma Fala.Br, e os consolidou em formato de “Perguntas Frequentes”, disponível em https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/faq_mma.pdf.

Participação Social promovida pela Parceria para Governo Aberto – OGP

A escolha dos temas pela sociedade civil para o 5º Plano de Ação do Brasil no âmbito da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership* - OGP) foi realizada por meio de consultas públicas, sendo que a segunda fase da consulta pública, realizada entre os dias 12 de fevereiro de 2021 e 04 de março de 2021, por meio de votação aberta, selecionou os 5 temas que seriam priorizados pela sociedade para inclusão no 5º Plano de Ação. Assim, tomando-se por base a compilação dos temas sugeridos na primeira etapa, foi disponibilizado espaço para votação em, no máximo, 5 dos 34 grupos temáticos definidos. Os cinco temas mais votados pela sociedade civil foram os seguintes:

GRUPO TEMÁTICO	NÚMERO DE VOTOS RECEBIDOS
1. Cadeias Agropecuárias e Dados Abertos	274
2. Meio Ambiente, Florestas e Dados Abertos	163
3. Combate à Corrupção no Setor Público	109
4. Maus Tratos de Animais e Governo Aberto	106
5. Direitos Humanos e Dados Abertos	83

Outros cinco temas foram priorizados pelo Governo e outros dois por outros poderes. Foram pactuados, então, 12 compromissos, sendo que três possuem relação direta com o tema ambiental.

O Compromisso 1 - Melhorar a qualidade e disponibilização das bases de dados ambientais, buscando maior padronização, unificação e integração de informações de diferentes entes e órgãos – tem como órgão responsável por atender ao compromisso o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, em articulação com outros parceiros.

O Compromisso 3 - Implementar iniciativas colaborativas, entre governo e sociedade, que melhorem o entendimento e a atuação dos órgãos governamentais acerca das ações de prevenção e combate aos crimes de maus-tratos contra animais, por meio da construção de espaços de diálogo, da mobilização social e da produção de materiais e padronização de protocolos – tem como órgão responsável o MMA.

Já o Compromisso 10 - lançar um painel, construído e constantemente aprimorado a partir do diálogo com os usuários, que centralize as informações e dados atualizados dos diferentes sistemas relativos ao Licenciamento Ambiental Federal, organizadas de forma intuitiva, com visualizações claras, possibilidade de extração automatizada de dados em formato aberto e espaços de diálogo com os usuários, órgãos de controle e outros entes federativos, de forma a ampliar o acesso e uso efetivo das informações pela sociedade, tem o Ibama como órgão responsável, e o MMA como um dos parceiros colaboradores, por ser o gestor do PNLA – Portal Nacional do Licenciamento Ambiental.



Temas sob responsabilidade do MMA

Para a consulta às áreas temáticas do Ministério, foram listados todos os temas trabalhados por cada Secretaria, conforme lista abaixo:

- Áreas Protegidas
- Concessões
- Clima
- Relações Internacionais
- Conservação Florestal e Serviços Ambientais
- Ecossistemas
- Educação e Cidadania Ambiental
- Espécies
- Patrimônio Genético
- Proteção e Defesa Animal
- Gestão Ambiental Territorial
- Gestão de Qualidade do Ar e das Águas
- Gestão de Resíduos e Qualidade do Solo
- Legislação Ambiental
- Planejamento e Organização Institucional
- Licitações e Contratos
- Orçamento
- Recursos Externos
- Fundos Ambientais

Consulta Pública

No período de 1º a 18 de abril de 2022, foi aberta consulta pública¹ para a priorização dos temas selecionados pelas áreas finalísticas. O resultado da consulta pública encontra-se nos Anexos deste documento (Seção VIII). Todos os temas da consulta serão abertos, com exceção do tema “Patrimônio Genético - Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios”, que ainda não se encontra maduro.

Dados selecionados para abertura

Após a colaboração das unidades e realização da consulta pública, foram selecionados os seguintes dados para abertura:

Tema	Dado	Descrição do Dado	Formato	Área responsável
Áreas prioritárias para Conservação da Biodiversidade	Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira	Banco de Dados contendo as Áreas Prioritárias para a Biodiversidade, suas características e sua classificação, além de todos os dados utilizados como input no processo de identificação.	.csv, shp e kml	Departamento de Ecossistemas - DECO/SAS

¹ <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-do-meio-ambiente-abre-consulta-publica-sobre-dados-abertos>



Tema	Dado	Descrição do Dado	Formato	Área responsável
Adote Um Parque	Programa Adote um Parque e Programa Adote um Parque - Trilhas da Caatinga	Dados sobre as Unidades de Conservação e Trilhas adotadas.	.csv	Departamento de Concessões - DCON/SAP
Agenda de Concessões	Concessões	Dados sobre as Unidades de Conservação Concessionadas.	.csv	Departamento de Concessões - DCON/SAP
Agenda de Proteção e Defesa Animal	Convênios celebrados no âmbito da agenda de proteção e defesa de cães e gatos	Tem o objetivo de orientar ações, assim como subsidiar a formulação de Políticas Públicas e Programas de Proteção, Defesa e Bem-Estar de Cães e Gatos.	.csv	Departamento de Espécies-DESP/SBio
Antártica - PROANTAR	Relatório anual do GAAM/Proantar; Declarações de avaliação de impacto ambiental emitidas para cada projeto de pesquisa do Proantar	- Consolidação de todas as avaliações de impacto ambiental das atividades dos projetos de pesquisa propostas para o verão subsequente na Antártica; - Detalhamento das atividades propostas e parecer do GAAM sobre a avaliação de impacto ambiental de cada projeto.	.pdf	Departamento de Ecossistemas - DECO/SAS
Ar Puro - MonitorAr	Localização das estações de monitoramento da qualidade do ar, disponibilizadas pelos estados, que podem ser acessadas pelo painel e aplicativo MonitorAr.	Planilha consolidada com dados relacionados à localização (estado, município e coordenadas geográficas) de estações de monitoramento de ar no país.	.csv	Departamento de Gestão de Qualidade do Ar e das Águas - DQAA/SQA
Áreas Úmidas	Sítios Ramsar Brasileiros	Fichas e Dados dos Sítios Ramsar Brasileiros, sua localização e características.	.pdf, shp e kml	Departamento de Ecossistemas - DECO / SAS
Áreas Verdes Urbanas (Cadastro Ambiental Urbano - CAU, Programa Cidades+Verdes)	Áreas verdes urbanas cadastradas e publicadas pelos municípios brasileiros e suas principais características, disponíveis no aplicativo CAU Cidadão.	Planilha consolidada com dados relacionados às áreas verdes urbanas publicadas no Cadastro Ambiental Urbano - CAU, tais como: localidade; extensão; atributos naturais e de infraestrutura.	.csv	Departamento de Gestão Ambiental Territorial - DGAT/SQA
Combate ao Lixo do Mar	Ações de limpeza de rios, mangues e praias realizadas na zona costeira, disponíveis no painel de resultados do MMA; Localização de	Planilha consolidada com resultados de ações de limpeza de rios, mangues e praias (localidade, total de participantes, dados de triagem de resíduos etc).	.csv	Departamento de Gestão Ambiental Territorial - DGAT/SQA



Tema	Dado	Descrição do Dado	Formato	Área responsável
	pontos de monitoramento de balneabilidade de praias, disponibilizados por estados e municípios, que podem ser acessadas pelo aplicativo Praia Limpa.	e Planilha consolidada com dados relacionados à localização (estado, município e coordenadas geográficas) de pontos de monitoramento da balneabilidade de praias brasileiras.		
CONAVEG/ PLANAVEG	Plano Operativo 2020-2023.	Resultados alcançados.	.pdf	Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais - SAS
Educa +	Número de alunos inscritos e número de alunos aprovados em cada uma das turmas disponibilizadas na plataforma Ead do MMA	Planilha consolidada com compilação dos dados dos números de alunos inscritos e número de alunos aprovados em cada uma das turmas disponibilizadas na plataforma Ead do MMA.	.csv	Departamento de Educação e Cidadania Ambiental - DEC/SBio
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	Projetos apoiados pelo FNMC/MMA	Dados sobre os projetos apoiados pelo FNMC com recursos não reembolsáveis, incluindo instituição executora, objeto, UF, valor repassado pelo fundo, valor da contrapartida, início e fim de vigência.	.csv	Departamento de Fundos de Meio Ambiente - DFMA/SECEX
Gestão de Áreas Contaminadas	Áreas com passivos ambientais declaradas por municípios, com informações georreferenciadas sobre as áreas contaminadas.	Planilha com localização das áreas contaminadas.	.csv	Departamento de Gestão de Resíduos e Qualidade do Solo - DRQS/SQA
Lista de Espécies Nativas Constantes na CITES	Lista de Espécies Nativas constantes dos Anexos da CITES	Planilha com dados consolidados sobre as espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção e que constem dos Anexos da CITES. Com aporte de informações sobre o comércio destas espécies.	.csv e .pdf	Departamento de Espécies - DESP/SBio
Lista de Espécies Nativas Constantes na CMS	Lista de Espécies Nativas constantes dos Anexos da CMS	Planilha com dados consolidados sobre as espécies constantes dos Anexos da CMS e que ocorrem em território Nacional.	.csv e .pdf	Departamento de Espécies - DESP/SBio



Tema	Dado	Descrição do Dado	Formato	Área responsável
Listas de Espécie Exóticas Invasoras Presentes no Território Nacional	Lista Oficial das Espécies Exóticas Invasoras	Planilha com dados consolidados sobre as espécies exóticas invasoras detectadas em território nacional.	.csv e .pdf	Departamento de Espécies - DESP/SBio
Lixão Zero - SINIR	Disponibilização dos dados coletados pelo módulo Estados e Municípios.	Planilhas geradas a partir de informações prestadas por municípios e estados.	.csv	Departamento de Gestão de Resíduos e Qualidade do Solo - DRQS/SQA
Orçamento Anual	Série histórica orçamentária.	Planilha consolidada com os dados do orçamento dos últimos 10 anos, com diversos atributos para filtragem.	.csv e .pdf	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças/SPOA
Parque + (RedeTrilhas, Conecta Parques, Acessibilidade)	Programa Parque +	Dados sobre Unidades de Conservação, trilhas beneficiadas pelo Programa RedeTrilhas, conectividade em UCs no âmbito do Conecta Parques, e acessibilidade no âmbito do Projeto Acessibilidade.	.csv	Departamento de Concessões - DCON/SAP
Rios + Limpos	Ações de limpeza de rios e mangues realizadas na zona costeira, disponíveis no painel de resultados do MMA.	Planilha consolidada com resultados de ações de limpeza de rios, mangues e praias (localidade, total de participantes, dados de triagem de resíduos etc).	.csv	Departamento de Gestão de Qualidade do Ar e das Águas - DQAA/SQA
Transferências Voluntárias (Convênios e instrumentos congêneres)	Instrumentos celebrados pelo MMA que se encontram vigentes (em execução).	Planilha consolidada contendo a relação dos instrumentos de transferência voluntária, celebrados pelo MMA, e em execução (vigentes), com dados gerais de cada parceria.	.csv e .pdf	Gerência de Projeto/SPOA

Avaliação dos dados protegidos por sigilo

No Plano de Dados Abertos do MMA, a responsabilidade pela avaliação da abertura de cada conjunto de dados está associada a um gestor/unidade do MMA. Constam como atribuições do gestor a validação do uso e a avaliação da eventual necessidade de controle de acesso. Em relação aos dados selecionados para abertura e os publicados, não há dados protegidos por sigilo.



V. Catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos

O processo de publicação no Portal Brasileiro de Dados Abertos (<https://dados.gov.br/>) será realizado pelo Departamento de Gestão Estratégica, com o apoio das unidades detentoras dos temas (Secretarias, Departamentos e/ou Coordenações-Gerais), que se responsabilizarão por assegurar a qualidade, a autenticidade, a integridade e a atualidade dos dados a serem publicados. A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) será responsável por garantir a estrutura tecnológica e a segurança das informações contidas no Portal de Dados Abertos do MMA (<http://dados.mma.gov.br/>), e que são migradas para o Portal Brasileiro.

Os pontos focais de cada secretaria definirão os responsáveis por cada conjunto de dados disponibilizado, que serão encarregados de dispor o dado atualizado, no prazo e no formato necessário ao Departamento de Gestão Estratégica, que será responsável por inseri-lo no Portal Brasileiro de Dados Abertos. O responsável pelo dado deve assegurar que não serão divulgadas informações restritas e sigilosas nos termos da Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527/2011 e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, no que couber.

O DGE e a CGTI deverão analisar as bases, antes de serem publicadas, a fim de identificar possíveis inconsistências na disponibilização dos dados, assim como garantir que o dado está em formato aberto.

No processo de catalogação, é importante definir os metadados para cada conjunto de dados, que devem conter, no mínimo:

- Nome ou título do conjunto de dados;
- Descrição sucinta;
- Palavras-chave (etiquetas);
- Nome e e-mail do setor responsável pelos dados;
- Periodicidade de atualização.



VI. Sustentação, Monitoramento e Controle

Caberá aos responsáveis informarem os metadados, assim como elaborar o Dicionário de Dados para cada base que for publicada, responsabilizando-se pelos dados informados. Também é de responsabilidade das unidades finalísticas manter o dado atualizado, conforme previsto na matriz de responsabilidade, que determina a periodicidade de atualização.

A unidade responsável por disponibilizar os recursos tecnológicos para a abertura e sustentação dos dados será a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, da Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente.

Monitoramento e Controle

A responsabilidade por monitorar a implementação do Plano ficará a cargo da autoridade responsável pela Lei de Acesso à Informação (LAI), em atenção ao estabelecido no art. 5º, § 4º, do Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.

“§ 4º A autoridade designada nos termos do [art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011](#), será responsável por assegurar a publicação e a atualização do Plano de Dados Abertos, e exercerá as seguintes atribuições:

- I - orientar as unidades sobre o cumprimento das normas referentes a dados abertos;*
- II - assegurar o cumprimento das normas relativas à publicação de dados abertos, de forma eficiente e adequada;*
- III - monitorar a implementação dos Planos de Dados Abertos; e*
- IV - apresentar relatórios periódicos sobre o cumprimento dos Planos de Dados Abertos, com recomendações sobre as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento da Política de Dados Abertos”.*

Melhoria da qualidade dos dados

A abertura de dados é uma iniciativa que requer uma contínua e permanente curadoria sobre a publicação dos dados com o objetivo de garantir a disponibilidade, a qualidade, a autenticidade, a integridade e a atualidade dos dados, assim como a incorporação do processo de abertura de dados na rotina do Ministério do Meio Ambiente. Para isso, as seguintes atividades são imprescindíveis:

Atualização:

- catalogar, de forma tempestiva, os dados abertos disponibilizados pelas áreas geradoras de dados, com o intuito de possibilitar o rápido acesso pela sociedade e órgãos públicos;
- analisar se os dados a serem atualizados ou publicados estão de acordo com os padrões da INDA; e
- testar a usabilidade dos arquivos publicados e notificar às unidades responsáveis pelos dados quaisquer problemas de publicação ou de atualização.



Manutenção:

- informar às unidades responsáveis pelos dados casos de indisponibilidade ou erros nos arquivos catalogados;
- identificar e elaborar propostas para melhorias de qualidade dos dados disponibilizados;
- analisar as solicitações de informações mais recorrentes em transparência passiva e sugerir novos conjuntos de dados candidatos à abertura;
- prever formas para garantir a disponibilidade dos dados abertos, bem como a incorporação do processo de abertura dentro da rotina do órgão; e
- garantir não somente a sustentabilidade, mas também a melhoria contínua do processo de publicação e atualização.

Comunicação

A divulgação do Plano de Dados Abertos do MMA e de suas revisões será realizada por meio do sítio institucional do MMA na Internet (<https://www.gov.br/mma/pt-br>) e na Intranet, buscando atingir tanto o público interno quanto a sociedade, de modo a aprimorar a disseminação da cultura da transparência na disponibilização das informações. Além disso, o Ministério do Meio Ambiente continuará atualizando o levantamento dos principais questionamentos no Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), com vistas a orientar a abertura de dados, aumentando, dessa forma, a transparência ativa.

O cidadão poderá usar os canais de comunicação do MMA, ou a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR - <https://falabr.cgu.gov.br/>), para informar ao Ministério sobre problemas técnicos ou inconsistências encontradas nos dados publicados, o que será encaminhado à área responsável para tratamento e resposta. Os usuários também podem fazer sugestões para o aperfeiçoamento do PDA.



VII. Plano de Ação

O Plano de Ação apresenta as iniciativas propostas e assumidas pelo Ministério do Meio Ambiente, definindo prazo para que sejam executadas, assim como indica as unidades que trabalharão para viabilizar o cumprimento das metas. Os conjuntos de dados priorizados em cada tema para abertura estão discriminados na Seção IV – Dados Seleccionados para Abertura.

Cronograma de elaboração e sustentação do PDA

Ação	Responsáveis	Prazo
Elaborar texto inicial	DGE	17/02/2022
Levantar a demanda social por informações junto à Ouvidoria/MMA	Ouvidoria	09/03/2022
Levantar todos os temas de todas as áreas do MMA	DGE/Secretarias/Ouvidoria	11/03/2022
Definir pontos focais das Secretarias	DGE/Secretarias/Ouvidoria	18/03/2022
Validação dos temas	Todas as Unidades do MMA	25/03/2022
Consolidar novo inventário	DGE/Ouvidoria	25/03/2022
Abrir consulta pública de 1 a 18/04	DGE/Ouvidoria	01/04/2022
Priorizar e definir os dados a serem abertos, com base nas informações obtidas junto à Ouvidoria e às áreas finalísticas	DGE	22/04/2022
Preencher matriz de responsabilidades	Secretarias	29/04/2022
Definir o cronograma de abertura dos dados	DGE/Secretarias	29/04/2022
Finalizar o texto do PDA	DGE	13/05/2022
Aprovar o PDA	Comitê de Governança Digital	20/07/2022
Análise técnica (DGE) e análise jurídica (CONJUR) - Portaria	DGE/Consultoria Jurídica	25/07/2022
Publicizar o PDA	Gabinete do Ministro	04/08/2022
Divulgar matérias sobre o novo PDA	Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)	12/08/2022



Cronograma de abertura de bases de dados

Nome do dado	Descrição do dado	Unidade responsável	Periodicidade de atualização	Prazo para abertura
Projetos apoiados pelo FNMC/MMA	Dados sobre os projetos apoiados pelo FNMC com recursos não reembolsáveis, incluindo instituição executora, objeto, UF, valor repassado pelo fundo, valor da contrapartida, início e fim de vigência.	Departamento de Fundos de Meio Ambiente - DFMA/SECEX	Anual	Agosto/2022
Transferências Voluntárias (Convênios e instrumentos congêneres)	Planilha consolidada contendo a relação dos instrumentos de transferência voluntária, celebrados pelo MMA, e em execução (vigentes), com dados gerais de cada parceria.	Gerência de Projeto/SPOA	Trimestral	Agosto/2022
Educa +	Planilha consolidada com compilação dos dados dos números de alunos inscritos e número de alunos aprovados em cada uma das turmas disponibilizadas na plataforma Ead do MMA.	Departamento de Educação e Cidadania Ambiental - DEC/SBio	Semestral	Setembro/2022
Orçamento Anual	Planilha consolidada com os dados do orçamento dos últimos 10 anos, com diversos atributos para filtragem.	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças/SPOA	Anual	Setembro/2022
Antártica - PROANTAR	Consolidação de todas as avaliações de impacto ambiental das atividades dos projetos de pesquisa propostas para o verão subsequente na Antártica; Detalhamento das atividades propostas e parecer do GAAM sobre a avaliação de impacto ambiental de cada projeto.	Departamento de Ecossistemas - DECO/SAS	Anual	Outubro/2022
Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira	Banco de Dados contendo as Áreas Prioritárias para a Biodiversidade, suas características e sua classificação, além de todos os dados utilizados como input no processo de identificação	Departamento de Ecossistemas - DECO/SAS	A cada 5 anos	Outubro/2022
Áreas Verdes Urbanas (Cadastro Ambiental Urbano - CAU, Programa Cidades+Verdes)	Planilha consolidada com dados relacionados às áreas verdes urbanas publicadas no Cadastro Ambiental Urbano - CAU, tais como: localidade; extensão; atributos naturais e de infraestrutura.	Departamento de Gestão Ambiental Territorial - DGAT/SQA	Anual	Outubro/2022



Nome do dado	Descrição do dado	Unidade responsável	Periodicidade de atualização	Prazo para abertura
Combate ao Lixo do Mar	Planilha consolidada com resultados de ações de limpeza de rios, mangues e praias (localidade, total de participantes, dados de triagem de resíduos etc). Planilha consolidada com dados relacionados à localização (estado, município e coordenadas geográficas) de pontos de monitoramento da balneabilidade de praias brasileiras.	Departamento de Gestão Ambiental Territorial - DGAT/SQA	Anual	Outubro/2022
CONAVEG / PLANAVEG	Resultados alcançados.	Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais - SAS	Anual	Outubro/2022
Ar Puro - MonitorAr	Planilha consolidada com dados relacionados à localização (estado, município e coordenadas geográficas) de estações de monitoramento de ar no país.	Departamento de Gestão de Qualidade do Ar e das Águas - DQAA/SQA	Anual	Novembro/2022
Lixão Zero - SINIR	Planilhas geradas a partir de informações prestadas por municípios e estados.	Departamento de Gestão de Resíduos e Qualidade do Solo - DRQS/SQA	Anual	Novembro/2022
Rios + Limpos	Planilha consolidada com resultados de ações de limpeza de rios, mangues e praias (localidade, total de participantes, dados de triagem de resíduos etc).	Departamento de Gestão de Qualidade do Ar e das Águas - DQAA/SQA	Anual	Novembro/2022
Sítios Ramsar Brasileiros	Fichas e Dados dos Sítios Ramsar Brasileiros, sua localização e características.	Departamento de Ecossistemas - DECO/SAS	A cada 6 anos	Novembro/2022
Concessões	Dados sobre as Unidades de Conservação Concessionadas	Departamento de Concessões - DCON/SAP	Anual	Dezembro/2022
Convênios celebrados no âmbito da agenda de proteção e defesa de cães e gatos	Tem o objetivo de orientar ações, assim como subsidiar a formulação de Políticas Públicas e Programas de Proteção, Defesa e Bem-Estar de Cães e Gatos.	DESP/SBio	Anual	Dezembro/2022



Nome do dado	Descrição do dado	Unidade responsável	Periodicidade de atualização	Prazo para abertura
Lista de Espécies Nativas constantes dos Anexos da CITES	Planilha com dados consolidados sobre as espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção e que constem dos Anexos da CITES. Com aporte de informações sobre o comércio destas espécies.	Departamento de Espécies - DESP/SBio	Trienal	Dezembro/2022
Lista de Espécies Nativas constantes dos Anexos da CMS	Planilha com dados consolidados sobre as espécies constantes dos Anexos da CMS e que ocorrem em território Nacional.	Departamento de Espécies - DESP/SBio	Trienal	Dezembro/2022
Programa Adote um Parque e Programa Adote um Parque - Trilhas da Caatinga	Dados sobre as Unidades de Conservação e Trilhas adotadas.	Departamento de Concessões - DCON/SAP	Anual	Dezembro/2022
Programa Parque +	Dados sobre Unidades de Conservação, trilhas beneficiadas pelo Programa Rede Trilhas, conectividade em UCs no âmbito do Conecta Parques, e acessibilidade no âmbito do Projeto Acessibilidade.	Departamento de Concessões - DCON/SAP	Anual	Dezembro/2022
Gestão de Áreas Contaminadas	Planilha com localização das áreas contaminadas.	Departamento de Gestão de Resíduos e Qualidade do Solo - DRQS/SQA	Anual	Março/2023
Lista Oficial das Espécies Exóticas Invasoras	Planilha com dados consolidados sobre as espécies exóticas invasoras detectadas em território nacional.	Departamento de Espécies - DESP/SBio	Anual	Dezembro/2023



Cronograma de promoção, fomento, uso e reuso das bases de dados

Produto	Atividade	Prazo	Unidade responsável
Divulgação do PDA 2022-2024	Publicar matéria sobre a aprovação do PDA 2022-2024.	Agosto/2022	Ouvidoria/ASCOM
Publicação de matérias informando sobre as bases de dados abertas	Publicar matérias no sítio eletrônico institucional do Ministério do Meio Ambiente sobre as bases abertas do MMA de acordo com o Plano de Ação.	Agosto/2022 a Agosto/2024, conforme a abertura dos dados	ASCOM



VIII. Anexos

1. Inventário de bases de dados do MMA (publicados)

Dado	Descrição do Dado	Formatos de catalogação	Unidade responsável	Periodicidade de atualização	Link Conjunto de Dados
Relação de instituições que aderiram ao programa A3P	Planilha consolidada com compilação de dados das adesões à A3P	.csv	Departamento de Educação e Cidadania Ambiental - DEC/SBio	Semestral	
Relação de instituições cadastradas à Rede A3P	Planilha consolidada com compilação de instituições cadastradas à Rede A3P	.csv	Departamento de Educação e Cidadania Ambiental - DEC/SBio	Semestral	https://dados.gov.br/datase/agenda-ambiental-na-administracao-publica-a3p
Relação de instituições cadastradas no Ressoa	Planilha consolidada com compilação de instituições cadastradas no sistema de monitoramento online da A3P - Ressoa	.csv	Departamento de Educação e Cidadania Ambiental - DEC/SBio	Anual	
Colegiados do MMA	Planilha com dados consolidados contendo os colegiados ativos com participação do Ministério do Meio Ambiente.	.csv	Departamento de Gestão Estratégica - DGE/SECEX	Anual	https://dados.gov.br/datase/colegiados-do-ministerio-do-meio-ambiente
Conferência Nacional do Meio Ambiente*	Deliberações das Conferências Nacionais do Meio Ambiente	.odt	-	-	https://dados.gov.br/datase/cnma



Dado	Descrição do Dado	Formatos de catalogação	Unidade responsável	Periodicidade de atualização	Link Conjunto de Dados
Emissões de gases do efeito estufa por desmatamento para fins de pagamento por resultados de REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal)	Documentação técnica requerida para acesso a recursos de pagamentos por serviços ambientais no âmbito da UNFCCC	.odt e .pdf	Departamento de Conservação Florestal e Serviços Ambientais - DEFLOR/SAS	Anual	https://dados.gov.br/dataset/documentacao-tecnica-redd
Espécies Ameaçadas de Extinção	Planilha com dados consolidados sobre as espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção.	.csv	Departamento de Espécies - DESP/SBio	Até 10 anos	https://dados.gov.br/dataset/especies-ameacadas
Quadro Financiamento Mudança_do_Clima	Quadro de Fontes Internacionais e Nacionais de Financiamento de Ações em Mudança do Clima, sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente	.csv	Departamento de Clima - DCL/SCRI	Anual	https://dados.gov.br/dataset/quadro-de-fontes-internacionais-e-nacionais-de-financiamento-de-acoes-em-mudanca-do-clima



Dado	Descrição do Dado	Formatos de catalogação	Unidade responsável	Periodicidade de atualização	Link Conjunto de Dados
Projetos apoiados pelo FNMA	Dados sobre os projetos apoiados pelo FNMA, incluindo instituição executora, objeto, município, UF, Bioma, região geográfica, valor repassado pelo fundo, valor da contrapartida, início e fim de vigência.	.csv	Departamento de Fundos de Meio Ambiente – DFMA/SECEX	Anual	https://dados.gov.br/datase/fundo-nacional-do-meio-ambiente
Indicadores Ambientais Nacionais*	Os indicadores têm como objetivo apoiar o planejamento, apontar possíveis direções para subsidiar a formulação de políticas públicas e orientar de uma forma mais transparente a priorização de recursos e ações de políticas ambientais.	.odt	-	-	https://dados.gov.br/datase/indicadores
Informações sobre os pagamentos por resultados de REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal) produzidos pelo Brasil.	Resultados recebidos, ano do resultado, entidade doadora, valor doado, entidade elegível para captação, informações complementares	.csv	Departamento de Conservação Florestal e Serviços Ambientais - DEFLOR/SAS	Anual	https://dados.gov.br/datase/pagamentos-redd
Legislação Ambiental Brasileira	Planilha com dados consolidados sobre legislação ambiental com série histórica a partir de 1937.	.csv	Departamento de Gestão Estratégica - DGE/SECEX	Anual	https://dados.gov.br/datase/legislacao-ambiental-brasileira
Cadastro do SisGen - Acesso ao Patrimônio Genético.	Planilha contendo dados sobre acesso ao patrimônio genético.	.csv	Departamento do Patrimônio Genético - DPG/SBio	Anual	



Dado	Descrição do Dado	Formatos de catalogação	Unidade responsável	Periodicidade de atualização	Link Conjunto de Dados
Autos de Infração: Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado julgados em 3ª instância.	Planilha contendo dados sobre Autos de Infração: Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado julgados em 3ª instância.	.csv	Departamento do Patrimônio Genético - DPG/SBio	Anual	https://dados.gov.br/dataset/patrimoniogeneticoecta
Cadastro do SisGen - Notificação de Produto Acabado ou Material Reprodutivo.	Planilha contendo dados sobre Notificação de Produto Acabado ou Material Reprodutivo.	.csv	Departamento do Patrimônio Genético - DPG/SBio	Anual	
CURBs anuídos durante a vigência da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.	Planilha contendo dados sobre CURBs anuídos durante a vigência da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.	.csv	Departamento do Patrimônio Genético - DPG/SBio	Anual	
Instituições que mantêm coleções <i>ex situ</i> credenciadas durante a vigência da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.	Planilha contendo dados sobre Instituições que mantêm coleções <i>ex situ</i> credenciadas durante a vigência da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.	.csv	Departamento do Patrimônio Genético - DPG/SBio	Anual	
Cadastro do SisGen - Remessa de Amostra de Componente do Patrimônio Genético.	Planilha contendo dados sobre Remessa de Amostra de Componente do Patrimônio Genético.	.csv	Departamento do Patrimônio Genético - DPG/SBio	Anual	
Relatórios de Gestão	Documento produzido seguindo orientações do TCU. O Relatório consolida informações relevantes sobre a gestão e os principais resultados alcançados no exercício.	.odt e .pdf	Departamento de Gestão Estratégica - DGE/SECEX	Anual	https://dados.gov.br/dataset/planejamento-estrategico
Beneficiários do Programa Bolsa Verde*	Relação nominal de beneficiários do Programa Bolsa Verde no ano de 2017	.csv	-	-	https://dados.gov.br/dataset/bolsa-verde



Dado	Descrição do Dado	Formatos de catalogação	Unidade responsável	Periodicidade de atualização	Link Conjunto de Dados
Recursos Externos (APREX)	Acompanhamento de Projetos de Recursos Externos - MMA	.csv	Departamento de Recursos Externos - DRE/SECEX	Semestral	https://dados.gov.br/datase/t/acompanhamento-de-projetos-de-recursos-externos-aprex
Relação das unidades de conservação que estão em conformidade com o SNUC	Lista das Unidades de Conservação do Brasil ativas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC, com respectivas categorias de manejo, área, esfera de governo e ano de criação. Tabela consolidada por categoria de manejo, bioma e esfera.	.csv	Departamento de Áreas Protegidas – DAP/SAP	Semestral	https://dados.gov.br/datase/t/unidadesdeconservacao

*Dado não mais atualizável, mas que é mantido no Portal de Dados Abertos.

2. Inventário de bases de dados do MMA (não publicados)

Dado	Descrição do Dado	Unidade responsável
Adote um Parque	Dados sobre as Unidades de Conservação e Trilhas adotadas.	Departamento de Concessões - DCON/SAP
Agenda de Concessões	Dados sobre as Unidades de Conservação Concessionadas.	Departamento de Concessões - DCON/SAP
Agenda de Proteção e Defesa Animal	Convênios celebrados no âmbito da agenda de proteção e defesa de cães e gatos.	Departamento de Espécies – DESP/SBio
Antártica - PROANTAR	Consolidação de todas as avaliações de impacto ambiental das atividades dos projetos de pesquisa propostas para o verão subsequente na Antártica; Detalhamento das atividades propostas e parecer do GAAM sobre a avaliação de impacto ambiental de cada projeto.	Departamento de Ecossistemas - DECO/SAS
Ar Puro - MonitorAr	Localização das estações de monitoramento da qualidade do ar, disponibilizadas pelos estados, que podem ser acessadas pelo painel e aplicativo MonitorAr.	Departamento de Gestão de Qualidade do Ar e das Águas - DQAA/SQA



Dado	Descrição do Dado	Unidade responsável
Áreas prioritárias para Conservação da Biodiversidade	Banco de Dados contendo as Áreas Prioritárias para a Biodiversidade, suas características e sua classificação, além de todos os dados utilizados como input no processo de identificação.	Departamento de Ecossistemas - DECO/SAS
Áreas Úmidas	Fichas e Dados dos Sítios Ramsar Brasileiros, sua localização e características.	Departamento de Ecossistemas - DECO/SAS
Combate ao Lixo do Mar	Ações de limpeza de rios, mangues e praias realizadas na zona costeira, disponíveis no painel de resultados do MMA. Localização de pontos de monitoramento de balneabilidade de praias, disponibilizados por estados e municípios, que podem ser acessadas pelo aplicativo Praia Limpa.	Departamento de Gestão Ambiental Territorial - DGAT/SQA
Conaveg/ Planaveg	Resultados alcançados na redução do desmatamento ilegal e promoção da recuperação da vegetação nativa.	Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais - SAS
Educa+	Número de alunos inscritos e número de alunos aprovados em cada uma das turmas disponibilizadas na plataforma Ead do MMA no Programa Educa +	Departamento de Educação e Cidadania Ambiental - DEC/SBio
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	Projetos apoiados com os recursos não reembolsáveis do FNMC/MMA.	Departamento de Fundos de Meio Ambiente - DFMA/SECEX
Gestão de Áreas Contaminadas	Áreas com passivos ambientais declaradas por municípios, com informações georreferenciadas sobre as áreas contaminadas.	Departamento de Gestão de Resíduos e Qualidade do Solo - DRQS/SQA
Lista de Espécies Nativas Constantes na CITES	Lista de Espécies Nativas constantes dos Anexos da CITES.	Departamento de Espécies - DESP/SBio
Lista de Espécies Nativas Constantes na CMS	Lista de Espécies Nativas constantes dos Anexos da CMS.	Departamento de Espécies - DESP/SBio
Listas de Espécie Exóticas Invasoras Presentes no Território Nacional	Lista Oficial das Espécies Exóticas Invasoras.	Departamento de Espécies - DESP/SBio
Lixão Zero - SINIR	Disponibilização dos dados coletados pelo módulo Estados e Municípios.	Departamento de Gestão de Resíduos e Qualidade do Solo - DRQS/SQA



Dado	Descrição do Dado	Unidade responsável
Parque+ (RedeTrilhas, Conecta Parques, Acessibilidade)	Dados sobre Unidades de Conservação, trilhas beneficiadas pelo Programa RedeTrilhas, conectividade em UCs no âmbito do Conecta Parques, e acessibilidade no âmbito do Projeto Acessibilidade.	Departamento de Concessões - DCON/SAP
Patrimônio Genético - Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios	Lista de projetos apoiados pelo FNRB, na modalidade monetária e não monetária. Valores depositados na conta do FNRB no BNDES.	Departamento de Patrimônio Genético - DPG/SBio e Departamento de Fundos de Meio Ambiente - DFMA/SECEX
Programa Cidades+Verdes - Cadastro Ambiental Urbano - CAU, Áreas Verdes Urbanas.	Áreas verdes urbanas cadastradas e publicadas pelos municípios brasileiros e suas principais características, disponíveis no aplicativo CAU Cidadão.	Departamento de Gestão Ambiental Territorial - DGAT/SQA
Rios + Limpos	Ações de limpeza de rios e mangues realizadas na zona costeira, disponíveis no painel de resultados do MMA.	Departamento de Gestão de Qualidade do Ar e das Águas - DQAA/SQA
Transferências Voluntárias (Convênios e instrumentos congêneres)	Planilha consolidada contendo a relação dos instrumentos de transferência voluntária, celebrados pelo MMA, e em execução (vigentes), com dados gerais de cada parceria.	SPOA



3. Dados de sistemas

Os dados do **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação** e do **Portal Nacional de Licenciamento Ambiental** são disponibilizados em formato aberto, por meio de consulta parametrizada nos sistemas descritos abaixo:

Sistema	Descrição	Link do Sistema
Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC	<p>O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) é mantido pelo MMA com a colaboração dos Órgãos gestores federal, estaduais e municipais. Seu principal objetivo é disponibilizar um banco de dados com informações oficiais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Neste ambiente são apresentadas as características físicas, biológicas, turísticas, gerenciais e os dados georreferenciados das unidades de conservação. Assim, a sociedade poderá acompanhar os resultados das ações governamentais de proteção do patrimônio biológico nacional.</p>	<p>http://sistemas.mma.gov.br/cnuc/index.php?ido=relatorioparametrizado.exibeFormularioPortal</p>
Portal Nacional de Licenciamento Ambiental - PNLA	<p>O Portal Nacional de Licenciamento Ambiental (PNLA) é uma ferramenta disponibilizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) para divulgar informações relacionadas aos procedimentos do licenciamento ambiental, possibilitar a transparência desses processos de gestão pública e fortalecer o controle social.</p> <p>O PNLA tem por objetivo atender à Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, que dispõe sobre o acesso público aos dados e informações ambientais existentes nos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama). Integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/informacao-ambiental/sistema-nacional-de-informacao-sobre-meio-ambiente-sinima (Sinima), o PNLA foi criado para agregar e sistematizar informações sobre o licenciamento ambiental e facilitar o acesso público gerado nas esferas de governo: federal, estadual e distrital.</p>	<p>http://pnla.mma.gov.br/pesquisa-de-licenciamento-ambiental</p>



Dados que serão excluídos do Portal Brasileiro de Dados Abertos, no ambiente do MMA:

- **Cadastro Ambiental Rural:** o assunto não é mais de responsabilidade do MMA. O órgão responsável é o MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O dado pode ser encontrado no endereço <https://dados.gov.br/dataset/cadastro-ambiental-rural1>.
- **Sistema Nacional de Informações Florestais – SNIF:** o assunto não é mais de responsabilidade do MMA. O órgão responsável é o MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O dado pode ser encontrado no endereço <https://dados.gov.br/dataset/snif>.
- **Painel Saneamento:** o assunto não é mais de responsabilidade do MMA. O órgão responsável é a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, cujos dados podem ser encontrados no endereço <https://dados.gov.br/organization/agencia-nacional-de-aguas-ana>.
- **Indicadores sobre Desmatamento na Amazônia Legal:** dado era hospedado em outro órgão e o link foi desativado.
- **Indicadores sobre Conservação da Biodiversidade pelo manejo de espécies ameaçadas de extinção:** dado era hospedado em outro órgão e o link foi desativado.
- **Indicadores sobre Conservação da biodiversidade nos estados:** dado era hospedado em outro órgão e o link foi desativado.



4. Lista de Abreviaturas e Siglas

A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública.
APREX - Acompanhamento de Projetos de Recursos Externos.
CGTI – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.
CITES - Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção.
CMS - Convenção sobre Espécies Migratórias.
CONAVEG - Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa.
CNUC - Cadastro Nacional de Unidades de Conservação.
CURB - Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios.
DAP - Departamento de Áreas Protegidas.
DCL - Departamento de Clima.
DCON - Departamento de Concessões.
DEC - Departamento de Educação e Cidadania Ambiental.
DEFLORE - Departamento de Conservação Florestal e Serviços Ambientais.
DESP - Departamento de Espécies.
DFMA - Departamento de Fundos de Meio Ambiente.
DGAT - Departamento de Gestão Ambiental Territorial.
DGE - Departamento de Gestão Estratégica.
DPG - Departamento de Patrimônio Genético.
DQAA - Departamento de Gestão de Qualidade do Ar e das Águas.
DRE - Departamento de Recursos Externos.
DRQS - Departamento de Gestão de Resíduos e Qualidade do Solo.
FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente.
FNMC - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.
FNRB - Fundo Nacional para Repartição de Benefícios.
GAAM/Proantar - Grupo de Avaliação Ambiental do Programa Antártico Brasileiro.
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
MMA - Ministério do Meio Ambiente.
PDA - Plano de Dados Abertos.
PLANAVEG - Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa.
PNLA - Portal Nacional de Licenciamento Ambiental.
REDD+ Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal.
Ressoal - Sistema de monitoramento da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).
SAP - Secretaria de Áreas Protegidas.
SAS - Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais.
SBio - Secretaria de Biodiversidade.
SCRI - Secretaria de Clima e Relações Internacionais.
SECEX - Secretaria-Executiva.
SisGen - Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado.
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.
SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.
SQA - Secretaria de Qualidade Ambiental.



5. Glossário

Dado: sequência de símbolos ou valores, representados em alguns meios, produzidos como resultado de um processo natural ou artificial. Entende-se que dados são observações ou o resultado de uma medida (por investigação, cálculo ou pesquisa) de aspectos característicos da natureza, estado ou condição de algo de interesse, que são descritos através de representações formais e, ao serem apresentados de forma direta ou indireta à consciência, servem de base ou pressuposto no processo cognitivo (HOUAISS, 2001; SETZER, 2001;).

Dados abertos: dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet, disponibilizados, sob licença aberta ou sob domínio público que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento, limitando-se a creditar a autoria ou a fonte;

Dados Abertos Governamentais: metodologia para a publicação de dados do governo em formatos reutilizáveis, visando o aumento da transparência e maior participação política por parte do cidadão, além de gerar diversas aplicações desenvolvidas colaborativamente pela sociedade.

Dado acessível ao público: qualquer dado gerado ou acumulado pelo Governo que não esteja sob sigilo ou sob restrição de acesso nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de 4 novembro de 2011;

e-PING: Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.

Formato aberto: formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização.

Governança Digital: utilização, pelo setor público, de tecnologias da informação e comunicação com o objetivo de melhorar a informação e a prestação de serviços, incentivando a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão e tornando o governo mais responsável, transparente e eficaz.

Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato. A informação é gerada a partir de algum tratamento ou processamento dos dados por parte do seu usuário, envolvendo, além de procedimentos formais (tradução, formatação, fusão, exibição, etc.), os processos cognitivos de cada indivíduo (MACHADO, 2002; SETZER, 2001).

Licença aberta: acordo de fornecimento de dados que conceda amplo acesso para que qualquer pessoa os utilize, os reutilize, e os redistribua, estando sujeito a, no máximo, exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença.

Metadado: informação que descreve características de determinado dado, explicando-o em certo contexto de uso.

Plano de Dados Abertos: documento orientador para as ações, com prazos definidos, de implementação e promoção de abertura de dados de cada órgão ou entidade da administração pública federal, obedecidos os padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações.



6. Referências

Nome	Descrição	Localização
Cartilha para publicação de dados abertos	Documento que estabelece diretrizes, com requisitos mínimos para que uma organização pública seja capaz de preparar os conjuntos de dados, implemente o processo de publicação destes na Internet e a sua catalogação no dados.gov.br – Portal Brasileiro de Dados Abertos.	https://dados.gov.br/pagina/cartilha-publicacao-dados-abertos
Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA)	Criado no âmbito da Infraestrutura Nacional de Dados Aberto - INDA para formular políticas, estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implantação da INDA.	https://wiki.dados.gov.br/Default.aspx?Page=Comite-Gestor-da-INDA&NavPath=Principais%20t%c3%b3picos
Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA)	Responsável, dentre outras iniciativas para desenvolvimento da estratégia de governo aberto, por orientar a implementação e elaboração dos Planos de Ação do Brasil.	https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/governo-aberto-no-brasil/comite-interministerial
Decreto nº 10.160, de 9 de dezembro de 2019	Institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10160.htm
Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020	Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10332.htm
Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008	Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, a Infra-Estrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE, e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6666.htm
Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012	Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm
Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016	Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8777.htm
Decreto nº 9.903, de 8 de julho de 2019	Altera o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal, para dispor sobre a gestão e os direitos de uso de dados abertos.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9903.htm
e-MAG - Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico	O Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) tem o compromisso de ser o norteador no desenvolvimento e a adaptação de conteúdos digitais do governo federal, garantindo o acesso a todos.	http://emag.governoeletronico.gov.br/



Nome	Descrição	Localização
e-PING - arquitetura de interoperabilidade do governo eletrônico	A arquitetura ePING define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.	http://eping.governoeletronico.gov.br/
Guia de Abertura de Dados da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos	Conjunto de documentos que descreve o processo, métodos e técnicas para a implementação de uma política de dados abertos no âmbito de uma instituição.	https://kit.dados.gov.br/
INDA - Infraestrutura Nacional de Dados Abertos	A INDA é um conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de Dados Abertos, em conformidade com o disposto na ePING.	https://www.gov.br/governodigital/pt-br/dados-abertos/infraestrutura-nacional-de-dados-abertos
INDE – Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais	Conjunto integrado de tecnologias, políticas, mecanismos e procedimentos de coordenação e monitoramento; padrões e acordos, necessário para facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal.	https://inde.gov.br/
Instrução Normativa nº 4 de 13 de abril de 2012 (INDA)	Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos - INDA, como política para garantir e facilitar o acesso pelos cidadãos, pela sociedade e, em especial, pelas diversas instâncias do setor público, aos dados e informações produzidas ou custodiadas pelo Poder Executivo Federal.	https://dados.gov.br/pagina/instrucao-normativa-da-inda
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI)	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm
Manual de Elaboração de Planos de Dados Abertos (PDAs)	Passo-a-passo para a elaboração de um PDA.	https://dados.gov.br/wp/wp-content/uploads/2021/08/manual-pda-CGU.pdf
Mapa Estratégico do Ministério do Meio Ambiente e Entidades Vinculadas	É a representação visual da estratégia da instituição, em que cada componente se organiza de forma balanceada, sempre considerando a interação de causa e efeito entre eles.	https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/mapa-estrategico-final-pdf



Nome	Descrição	Localização
OGP - <i>Open Government Partnership</i> / Parceria para Governo Aberto	Iniciativa multilateral voluntária que busca melhorar o desempenho governamental, fomentar a participação cívica e melhorar a capacidade de resposta dos governos aos cidadãos por meio de abertura dos dados.	https://www.opengovpartnership.org/ https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/
Plano de Ação Brasileiro para Governo Aberto	Estratégias e atividades a serem colocadas em prática para alcançar objetivos relativos aos princípios e às diretrizes da OGP.	https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao
Plano de Ação da INDA	O Plano de Ação da INDA é o instrumento de planejamento para a execução e melhoria da Política de Dados Abertos.	https://wiki.dados.gov.br/Plano-de-Acao-da-INDA.ashx
Plano Diretor de Tecnologia da Informação – MMA (2019/2022)	É o documento de registro e planejamento das ações de TI para o período de agosto de 2019 a dezembro de 2022, produzido de forma alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional do Ministério do Meio Ambiente.	https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/tecnologia-da-informacao/PDTI20192022v40.pdf
Portal Brasileiro de Dados Abertos	Ferramenta disponibilizada pelo governo para que todos possam encontrar e utilizar os dados	https://dados.gov.br/
Portaria nº 154, de 2 de maio de 2014	Estabelece a Política de Segurança da Informação e Comunicações no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e constitui o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações.	https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=05/05/2014&jornal=1&pagina=80&totalArquivos=148
Portaria nº 194, de 19 de maio de 2021	Institui o Comitê de Governança Digital - CGD no âmbito do Ministério do Meio Ambiente - MMA.	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-194-de-de-19-de-maio-de-2021-321117883
Portaria nº 349, de 5 de agosto de 2020	Aprova o 2º Plano de Dados Abertos do Ministério do Meio Ambiente.	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-349-de-5-de-agosto-de-2020-270712420?inheritRedirect=true&redirect=%2Fconsulta%3Fq%3Dresolu%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520827%26delta%3D75%26start%3D2%26publish%3Dpast-24-hours
Resolução nº 3 do CGINDA, de 13 de outubro de 2017	Aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme disposto no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.	https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19357601/do1-2017-10-17-resolucao-n-3-de-13-de-outubro-de-2017-19357481
VCGE - Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico	O VCGE é um vocabulário controlado para indexar informações (documentos, bases de dados, sites etc) no governo federal, projetado com dois objetivos básicos: interface de comunicação com o cidadão e ferramenta de gestão.	https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-dados/vocabulario-controlado-do-governo-eletronico



7. Resultado da Consulta Pública

Tema	Baixa Relevância	Média Relevância	Alta Relevância	Total de Votos
Conservação Florestal e Serviços Ambientais (Floresta+, Pagamento por Serviços Ambientais, REDD+, Conaveg/ Planaveg)	0	4	36	40
Ecosistemas (Áreas Úmidas, Antártica, Áreas prioritárias para Conservação da Biodiversidade)	1	8	30	39
Educação Ambiental - Educa+	3	8	28	39
Proteção e Defesa Animal - Controle da População de Animais em Situações Excepcionais (Castração e Atenção Veterinária)	9	7	22	38
Patrimônio Genético - Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios	3	11	26	40
Agenda de Concessões dos Parques e Florestas Nacionais	8	9	22	39
Parque+ (RedeTrilhas, Conecta Parques, Acessibilidade)	3	14	22	39
Adote um Parque	6	14	18	38
Áreas Verdes Urbanas (Cadastro Ambiental Urbano - CAU, Programa Cidades+Verdes)	2	8	28	38
Ar Puro - MonitorAr	1	10	28	39
Combate ao Lixo do Mar	1	6	32	39
Rios + Limpos	0	4	35	39
Lixão Zero (SINIR – Inventário online e MTR online, Programa Lixão Zero)	0	8	31	39
Gestão de Áreas Contaminadas	0	6	33	39
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - projetos apoiados com os recursos não reembolsáveis	0	7	33	40



Ministério do Meio Ambiente